

O que é filosofia? Considerações acerca da produção filosófica
What is philosophy? Some thoughts about philosophical production

NICOLE ELOUISE AVANCINI¹

Evidente é a maneira como diferenciamos um texto de filosofia de qualquer outro gênero de escrita – seja ele literário, um poema, um romance, uma narrativa, ou até mesmo uma bula de remédio, uma receita ou uma lista de compras de supermercado. Não se faz nem mesmo necessário verificar qual é o autor do texto antes de lê-lo para que, ao lê-lo, torne-se claro se se trata de filosofia ou não – é quase como que auto evidente, caso tenha-se o mínimo de conhecimento sobre escrita filosófica quanto necessário. Mas o que é isso, especificamente, que faz com que a filosofia seja classificada como filosofia? O que é que diferencia um texto de Platão de um de Luís de Camões? Um texto de Kant de um de Fernando Pessoa? Decerto, sim, é o vocabulário e os temas a que eles se referem, mas é, também, possível um autor da literatura escrever filosoficamente acerca de qualquer assunto. Isso o torna filósofo? Isso torna sua obra “filosofia”? Indo além, o que é que confere ao discurso filosófico propriamente dito a legitimidade de poder ser chamado “filosofia”? O que é isso que faz com que Aristóteles ou Descartes sejam coroados com o título de “autoridade” naquilo sobre o que discorrem? O que torna a filosofia um tipo válido e legítimo de conhecimento, ao lado de tantas outras formas de conhecimento?

Sabe-se que existem diversas áreas de investigação dentro da filosofia – ética, metafísica, estética, epistemologia, etc. –, e diversas outras áreas às quais o pensar filosófico pode ser aplicado – filosofia da ciência, filosofia da matemática, filosofia da biologia, etc. Mas a que isso se deve? Aqui, torna-se imperativo a diferença entre um caráter “filosófico” de um texto, e o cunho propriamente dito “filosofia” de um outro texto. Sem recorrer a qualquer fonte, é notório que um texto de caráter “filosófico” é um texto em que é desenvolvida a reflexão, a meditação, essa característica especificamente típica da atividade intelectual

¹ Licenciada e Mestranda em Filosofia pela UNIOESTE. E-mail: nicole_avancini@hotmail.com

humana. Esse próprio texto, por exemplo: pretendo explorar questões filosóficas, pertinentes à filosofia, mas não estou fazendo filosofia, no sentido como Wittgenstein fez. Um texto literário, conforme já dito, pode muito bem ser filosófico. Mas não filosofia. A filosofia é um saber à parte, em que se desenvolve, evidentemente, a reflexão, mas há algo a mais que a faz ser o que é.

É creditado a Pitágoras, no século V a.C., o cunho do termo “filosofia” e “filósofo”. Ele foi chamado de “sábio” mas recusou essa denominação pois, segundo ele, a sabedoria convém unicamente a Deus, preferindo ser chamado de simples “amante da sabedoria”. Do grego, *philos* significa amor, afeição, apreço, ou até mesmo amizade, e *sophia* significa sabedoria, o que concede à filosofia, etimologicamente, a significação de “amor à sabedoria”. Sabe-se que, conforme Aristóteles afirma em sua *Metafísica*, “todos os homens propendem ao conhecimento”, porém é típico do ofício do filósofo questionar-se sobre e produzir obras que tratam do saber. Mas o que é essa sabedoria, ou esse conhecimento, sobre a qual eles discorrem? O que é esse conhecimento propriamente filosófico sobre o qual tantas obras já foram produzidas e tantas já foram estudadas? Nota-se que o problema, aqui, é bem específico: o que faz a filosofia ser considerada filosofia, que a distingue de outras formas de saber e escrever? Definir o que é filosofia torna-se, por si mesmo, um problema filosófico.

É conhecida a distinção que o pensador Gabriel Marcel faz entre as noções de “problema” e “mistério”. Em suma, um problema é aquilo que se põe diante do investigador, que se encontra com ele, como que um objeto dotado de realidade, que interpela seu caminho, e mistério é aquilo que está num plano além do problema, que não se revela concretamente à frente do sujeito, mas que faz o sujeito inquiridor engajar-se com ele. Seguindo essas definições, podemos inferir que a filosofia pode tratar de ambos problemas e mistérios, propondo, ao primeiro, soluções concretas e, ao segundo, esforços racionais para descrevê-lo. Isso porque a filosofia promove, essencialmente, uma atividade da razão, nas questões que ela mesma se coloca e nas questões que pretende resolver, ou ao menos descrever.

Mas isso não elimina o papel da outra faculdade humana: a dos sentidos. A Modernidade foi a época da história da filosofia marcada pelo embate entre

empiristas e racionalistas acerca de qual faculdade humana detém a primazia de constituir a fonte e origem de todo conhecimento: as sensações ou a razão. Bacon, Hume, Berkeley, Locke de um lado, e Descartes, Leibniz, Spinoza, Wolff de outro. E então, no século XVIII, surge Kant no debate, propondo o idealismo transcendental e uma possível solução para o problema: são ambas as faculdades que participam no processamento e na construção do conhecimento. Nessa mesma época, muito também se discutiu acerca do desenvolvimento de um método seguro para a abordagem dos problemas filosóficos. O nome, talvez, mais suscitado nesse debate é o de Descartes, com sua proposta do *cogito* como princípio condutor da razão e princípio para o estabelecimento da verdade. Seu método inspirava-se no método matemático, dado que esse saber firma-se no rigor e na certeza, o que Descartes queria estabelecer para a filosofia. Disso, temos que a filosofia, pelo menos a cartesiana, tem a pretensão de conhecer a verdade, tornando-se, por isso, um saber verdadeiro. Isso é lógico, afinal, o que seria o conhecimento se não tivesse relação com a verdade? Não seria conhecimento, *epistème*, seria seu oposto, *doxa*, uma mera opinião. Mas o que garante que tratados filosóficos expõem, de fato, um conhecimento, e não a mera opinião dos filósofos? É o filósofo o detentor da verdade? É o filósofo um sujeito capaz apenas de proferir verdades, jamais opiniões? Tudo indica que não. Do mesmo modo que um padre não detém a verdade, o cientista também não a detém, e tampouco o filósofo detém a verdade. O que eles proferem são tipos diferentes de saber, que podem ou não ter compromisso com a verdade. E até as noções de “conhecimento” e de “verdade” são amplamente discutíveis.

Voltemos um pouco no tempo, até o “início”² da filosofia na Grécia Antiga. É claro que é discutível essa questão acerca do início da filosofia ter se dado, de fato, na Grécia do século VI a.C. Essa hipótese pode ser vista como eurocêntrica, e, portanto, injusta, mas é geralmente aceita na Academia pois é sustentada, entre outros, pelo argumento conforme encontrado na Filosofia da História de

² A grafia do termo se encontra entre aspas pois reflete a discussão acerca do que é filosofia e do que é o pensar filosófico. Este pode ter visto seu nascimento muito antes e muito além da Grécia, afinal é uma atitude propriamente humana o refletir acerca das coisas, do mundo, e de si mesmo.

Hegel. Para Hegel, a filosofia começa com os gregos pois foram eles que primeiro desenvolveram o que ele chama de Saber Absoluto, diferentemente dos outros povos, como os africanos e os orientais, que decerto também produziram saberes, mas saberes primitivos, imbuídos de misticismo, religião e panteísmo. Os gregos foram, de fato, os primeiros a se reconhecerem como livres e racionais, livres do tribalismo típico das outras sociedades. Assim, temos que, conforme comumente estudamos, Tales de Mileto foi o primeiro filósofo de fato, por ter sido o primeiro, numa linha que o seguiu (os chamados pré-socráticos) a propor uma interpretação dita “racional” da realidade. É discutível o que esse termo indica. Diz-se que é uma “intepretação racional” pois se procura na própria razão humana seu fundamento. Sabe-se que, antes da filosofia, na Grécia, havia a mitologia como forma de explicação dos fenômenos do mundo e do universo, que recorria a alegorias de deuses para sanar a curiosidade do homem em conhecer o porquê das coisas. Com Tales, esse “porquê” encontrou na própria natureza, a *physis*, a sua explicação, a sua *arché*, seu princípio. É como filosofia da natureza que o pensamento racional surge, portanto.

Durante vários séculos, não houve uma distinção concreta entre filosofia e ciência, sendo apenas na Modernidade que essa distinção encontrou bases. A ciência, como a física, a biologia, a astronomia, conforme comumente difundido, é considerada uma forma de saber válida, legítima, que propõe descrições rigorosas e confiáveis acerca da realidade. Mas por quê? Por conta de seu método? E o que diferencia o método científico do método filosófico (se é que existe um)? Conforme já abordamos, houve tentativas de se aplicar um ao outro, mas isso resolveu o problema? Isso se efetivou? Por que é a ciência fielmente creditada e a filosofia ainda taxada de “inútil”, ou mera “abstração”? Por que é ela jogada ao escanteio, se é ela que, supostamente, proporciona-nos uma leitura, investigação, problematização dos mais diversos tipos de problemas, inclusive concernentes à ciência? É certo que a ciência tem suas hipóteses testadas e, possivelmente, comprovadas empiricamente, o que não se pode fazer com a filosofia. Não há como provar empiricamente o que é o “ser-em-si”, ou o “ser-para-si”, ou que “o ser-para-si só é para-si quando o é para um outro”. Não há como provar empiricamente que o espaço e o tempo são intuições puras a priori

que possibilitam a experiência sensível. Não há como provar empiricamente que “o homem é um ser naturalmente político”. São apenas teorias – sugestões, até mesmo. E por que são consideradas válidas, ou seja, boas respostas, que encontram algum sentido, a algum problema perpassado por uma tradição de pensamento?

Quem já abriu e leu alguma obra de algum filósofo, qualquer filósofo, certamente percebeu que não é tão fácil de ser compreendida. É uma linguagem rebuscada, um vocabulário específico, uma maneira de lidar com questões e uma maneira de argumentar que a separa dos outros tipos de escrita. Muitas obras são escritas com a intenção de serem lidas apenas por outros filósofos, ou, no mínimo, estudiosos do assunto, e não por qualquer um que se deparar com elas. São destinadas a serem discutidas apenas nos círculos intelectuais, na Academia, nas salas de aula de universidades, não em um parque ou um café qualquer. Isso, inevitavelmente, acaba por criar uma segregação entre aqueles que podem se dedicar ao estudo da filosofia e aqueles que não dispõem do tempo ou dos meios para se dedicar a tal estudo. É fato que é preciso tempo. É preciso dedicação. É preciso paciência. É preciso conhecimento prévio. E é fato que nem todas as classes de pessoas tem isso sobrando. Muitos filósofos cânones eram, de fato, membros da aristocracia, da burguesia, que dispunham de tempo e condições financeiras para se dedicarem, com exclusividade, às atividades da razão. Produzir e consumir filosofia, portanto, exigem esforços de seus interessados. Mas seus resultados não deveriam se fechar dentro dos limites de uma universidade, afinal os temas caros à filosofia podem ser de interesse de muitos outros além desses espaços. Isso levanta a questão: para que e, mais ainda, para quem serve a filosofia?

Se pararmos para analisar, percebemos que a produção filosófica não se esgota nos livros, afinal não é só com papel e caneta que se produz filosofia. Ela pode ser, também, uma atitude, uma ação. Prova disso é o próprio Sócrates, que nada escreveu mas que nem por isso deixa de ser considerado filósofo. Isso porque o que o identifica como tal está no que ele propunha ao povo ateniense: as perguntas, as indagações, as provocações. Mesmo alegando que nada sabia, podemos argumentar que ele sabia, sim, ao menos como argumentar. Sabia como

fazer uma pergunta. E sabia responder. E do que se tratava essas perguntas? Grosso modo, da essência das coisas, conforme registrado por Platão. “Que é a justiça? Que é a beleza? Que é o bem?” Ele estava fazendo filosofia ao questionar isso pois essas questões estão na base, no fundamento do resto do conhecimento que se pode produzir acerca “do que é justo, do que é belo e do que é bom”. E ele estava fazendo filosofia ao questionar isso pois as respostas dos atenienses geravam debates, e a troca de ideias é, também, essencial para o produzir filosófico. Um filósofo nunca pensa sozinho, sempre propõe uma teoria em resposta a alguém, numa cadeia infinita que apenas revela a curiosidade intrínseca ao ser humano. E as discussões, decerto, nunca têm fim – prova disso é o fato de que a filosofia tem sido produzida já há mais de 2.600 anos, e não parece ter vistas de acabar. A filosofia ainda está viva, e é melhor mesmo que esteja.

O fato de que Sócrates foi condenado à morte revela a possível indisposição do ser humano a ser confrontado pelo que acredita. Ao mesmo tempo que somos movidos por uma curiosidade quase que insaciável, somos também relutantes em aceitar pontos de vista diferentes e ter nossas realidades questionadas. Ao menos a cicuta que Sócrates bebeu não “matou” o debate filosófico, e seu discípulo nos fez o favor de registrar suas próprias ideias e as de seu mestre, e dar continuidade a essas questões.

Juntamente com as produções filosóficas de algum pensador, vêm, posteriormente, produções acerca dessas produções – os chamados “comentadores”. O trabalho deles é, após longo estudo e meditação, desmistificar a escrita e as ideias filosóficas propostas, tornando essas ideias mais acessíveis e de mais simples compreensão, auxiliando o estudo dos interessados. Mas podemos levantar a questão se o que esses comentadores produzem constitui ou não filosofia. São, de fato, textos de cunho filosófico, que tratam de questões filosóficas, mas são interpretações de conceituações desenvolvidas por outros pensadores. Do mesmo modo, produções acadêmicas de estudantes de filosofia, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, não são filosofia – são interpretações filosóficas. Uma tese de doutorado pode ser considerada filosofia, e pode conferir o título de “filósofo” a alguém, pois uma tese é caracterizada por propor algo novo, inédito, jamais antes visto, uma solução a algum problema ou

uma forma diferente de interpretar – e é isso que filósofos fazem, mesmo que a respeito de questões já debatidas há muito tempo. Diante disso, ainda coloca-se a questão: o que faz um texto de filosofia ser considerado filosofia? O que é isso que diferencia uma dissertação de uma tese?

Conceitualmente, a filosofia é um produto puramente humano. Os conceitos criados e tratados são obra humana, servem para questionamentos feitos apenas por humanos e respondem a questões que humanos se propõem. É uma construção humana. No entanto, o pensar filosófico, o filosofar, é, também, evidentemente, humano, mas não é uma obra, uma criação a partir de outros elementos – é inerente. A atitude de filosofar é uma característica humana, e uma das características que nos distingue do resto dos animais – mas a produção filosófica é uma construção, perpassada por séculos e que segue determinadas tradições de pensamento.

Uma das possíveis respostas à pergunta “O que é filosofia?” é a descrição das áreas estudadas pela filosofia. Isso envolve explorar o objeto de cada uma dessas áreas, que geralmente é múltiplo. Por exemplo, alguns dos objetos da área da Estética são: o belo, a beleza, a experiência estética, a arte, a experiência sensível, a produção e a contemplação artísticas. Portanto, pode-se dizer que a Estética é a área da filosofia que estuda como o ser humano produz e apreende uma produção artística, bem como o que é que faz com que algo seja considerado artístico. Certo. Mas isso ainda não responde o que é a filosofia *de modo geral*. Indo além, será possível encontrar uma única resposta a essa questão que me proponho, uma resposta absoluta e indiscutível, válida para resumir tudo aquilo que já foi produzido?

E o que é que faz com que as pessoas se interessem por estudar filosofia? Para isso precisamos saber o que é isso que a filosofia compreende. De modo geral, podemos dizer que se estuda a existência humana e seus vários atributos, suas várias consequências. E assim, de certo modo, parece que todo aquele ser que existe deseja compreender sua própria existência, sendo essa uma questão básica que mesmo crianças se colocam, de inúmeras formas que ela pode tomar. E, para algumas pessoas, essa pergunta permanece, ao longo de vários anos, e começa a incomodar, sendo livros filosóficos e de filosofia alternativas para se

encontrar possibilidades de resposta (mesmo que inconclusivas, mesmo que não satisfaçam por completo o anseio). Esse interesse por essas questões nasce, possivelmente, de sentimentos como a tristeza, a melancolia e a angústia. A tristeza de se deparar com a própria existência e não entendê-la – o que Camus chamou de “absurdo” –, e a melancolia (que não deixa de ser uma forma de tristeza, só que mais paralisante e, quiçá, poética) de se esforçar por encontrar respostas e ter de lidar com o silêncio. O homem que não se compreende é triste. Mais ainda: é angustiado. Não a angústia de Sartre, mas uma angústia anterior ao conhecimento de qualquer coisa. E o homem que propõe hipóteses para explicar essa incompreensão – o filósofo – é um homem solitário. Enquanto seu ofício o separa do resto do mundo, sua obra o aproxima do resto das pessoas. É necessário tomar uma distância do mundo, esse objeto, que se investiga, para poder investigá-lo, e aquilo que for produzido a respeito dele, se tornado público, traz os interessados mais perto um do outro. Compartilhar ideias: essa é a vantagem de ser um ser de linguagem.

Um dos motivos para Sócrates não gostar da escrita e não ter anotado suas ideias era o de que a escrita deturpa o pensamento. Há um abismo entre aquilo que pensamos e aquilo que conseguimos traduzir em palavras sobre aquilo que pensamos. Por quê? Por acaso o pensamento é abstrato, e a linguagem é, de certo modo, concreta, e não se pode realizar a passagem de um para o outro? Pensamento é linguagem. Também pensamos em palavras, então por que seria tão difícil e absurdo materializar nossos pensamentos em forma de discurso? O pensamento é sagrado? A escrita é profana? Se já há um abismo entre aquilo que se pensa e aquilo que acaba se tornando palavra a partir daquilo que se pensa, há ainda outro abismo: aquele entre o que o autor quis dizer e aquilo que o leitor interpreta. Na literatura, isso é muito comum. Poemas admitem diversas interpretações. Mas na filosofia, não se deve haver muito espaço para isso. Interpretar uma ideia de algum filósofo de diversos modos diferentes abre a porta para muita discussão. Não defendo que deve-se adotar apenas uma interpretação conforme um único comentador, mas filósofos tendem a ser muito precisos naquilo que afirmam, mesmo que seja difícil de decifrar esse significado. Quando Sartre diz que “O ser-para-si não é o que é e é o que não é”, ele está sendo muito

preciso em sua definição, e ele oferece a explicação disso que afirma no decorrer do texto. Mas podemos, é claro, interpretarmos de outros modos o que ele quis dizer, só que sempre fazemos isso partindo daquilo que sabemos, não das consequências das conceituações próprias do autor. Por isso é preciso devotar tempo para se estudar um filósofo – para compreender não só o que ele escreve, mas como sua mente funcionava.

Isso nos leva à questão: é possível ser autodidata em filosofia? Eu não sou a melhor pessoa para responder isso, afinal estudo filosofia academicamente, mas acredito que a Academia não deveria ser o único espaço que torna a filosofia possível. É claro que, se se busca um rigor conceitual e uma honestidade intelectual, é mais recomendado estudar a filosofia academicamente, mas se o caso for apenas contemplar uma curiosidade humana, tão demasiadamente humana, adquirir e ler um livro, junto com comentadores, é aceitável.

É conhecida a décima primeira tese de Marx contra Feuerbach que constata que “os filósofos muito se preocuparam em interpretar o mundo, a questão é transformá-lo”. O que isso nos indica? Que a filosofia, de fato (pelo menos até Marx), quase que exclusivamente se limitou a oferecer explicações para seus objetos de estudo, explicações essas meramente teóricas. A questão que se põe a partir do pensamento de alguém como Marx é a da possibilidade de ideias mudarem o mundo. Claro que, nesse caso, teríamos de deixar a metafísica de lado, pois a especulação racional nada parece ter de contato com o mundo, muito menos parece ter o poder de mudá-lo. No caso das outras áreas, poderíamos dizer que a filosofia política e a ética estariam mais próximas da possibilidade de produzirem algum efeito prático na vida das pessoas e no mundo. A ética aristotélica, por exemplo, que prega a busca pela felicidade ao longo de uma vida de virtudes, poderia mudar vidas caso aplicada. A ética helenística também, principalmente o estoicismo.

Isso significaria, conseqüentemente, que o estudo da metafísica seria um esforço em vão, já que não produz nada de efetivo na objetividade? Diz-se que a metafísica é a única área verdadeiramente exclusiva e representante do pensar filosófico, pois seu objeto de estudo e suas consequências se encerram nas fronteiras da filosofia, enquanto que o estudo de outras áreas da filosofia pode

desaguar em outras áreas do conhecimento humano. A metafísica seria, assim, “infrutífera”. Mas será que é mesmo? As perguntas que a metafísica se propõe encontram seu fim em si mesmas, não necessitando de elementos externos para se firmar. O ser humano parece possuir uma tendência natural a indagar-se sobre tudo aquilo que é metafísico, porque parece que o mundo palpável não o satisfaz, não o contempla, não o preenche. Precisamos de mais. Fazer metafísica é pensar, e pensar é humano. Mesmo que não se chegue a conclusões, e mesmo que não se possa verificar empiricamente essas conclusões, o próprio esforço de se indagar e de se prender nesse esforço mental é que alimenta o homem. E isso, algumas das vezes, o satisfaz.

Essa, inclusive, é uma das, a meu ver, principais diferenças entre o fazer da ciência e o fazer da filosofia: a ciência trata do ôntico, o nível do real, o nível do ente, e a filosofia trata do ontológico, o nível metafísico. Ao vislumbrar uma casa, por exemplo, o cientista investiga do que ela é feita, o material, a estrutura; o poeta descreve suas características, sua cor, sua dimensão; o filósofo, por sua vez, pergunta por que ela existe, e tenta responder a essa pergunta sem tocar a casa, sem examiná-la, sem se aproximar. E ele chega a uma resposta. E a resposta a que ele chega configura um tipo de conhecimento (mesmo que esse conceito seja discutível). O que o cientista descobre é um outro tipo de conhecimento. O que o poeta descreve não é conhecimento, mas é deleite para aquele que lê. E o que o filósofo propõe é uma engrenagem de pensamento.

Já abordamos como textos de filosofia são de difícil compreensão, e isso vale para qualquer um, seja um leigo ou mesmo um professor doutor. Mas o que diferencia um não-estudante de filosofia (que tenta, mas não consegue entender filosofia) de um estudante acredito que seja o grau de abstração necessário para se compreender algumas teorias. Justamente por tratar do ontológico, ou seja, daquilo que não apreendemos imediatamente na experiência sensível, é necessária uma ferramenta de puro pensamento que parece não ser facilmente acessível por todos. O pensar e o interpretar filosóficos exigem uma maneira muito peculiar de se ver o mundo, que nem todos possuem naturalmente, ou antes de se deparar com problemas filosóficos. É claro que pode ser exercitada, e quanto maior o contato com teorias filosóficas e suas interpretações, mais essa

visão de mundo peculiar pode ser desenvolvida, juntamente com o senso crítico. É senso comum que filósofos perguntam sempre pelo “por quê” das coisas – o que não deixa de ser verdade. Isso é devido ao fato de que eles buscam sempre reduzir ao máximo sua interpretação de um problema, chegar ao fundamento mesmo das coisas, compreendê-las em seu aspecto mais primordial. Do mesmo modo como crianças fazem quando estão conhecendo o mundo pela primeira vez. E isso prova como a atitude filosófica é uma atitude puramente humana.

Isso nos leva à questão: seria possível ensinar filosofia, tal qual a vemos nos livros, a crianças (menores de 12 anos de idade)? Decerto elas não iriam gostar muito se alguém substituísse seus desenhos animados por um exemplar de *Ser e Tempo*, mas se algum entendido do assunto fosse explicar, didaticamente, os conceitos contidos nas obras, será que elas entenderiam? Provavelmente seria muito mais exequível apresentar problemas filosóficos a elas, como por exemplo: “O que é justo?”, “O que é o bem?”, “O que é a felicidade?”, ou “O que é belo?”, e elas dariam suas respostas com base no que já sabem e já experimentaram na vida. A partir disso, poder-se-ia apresentar a interpretação de um filósofo. Mas quando o assunto é alguma questão mais propriamente específica de algum autor, ficaria mais complicado. Como explicar as propostas da *Crítica da Razão Pura*, se as crianças muito provavelmente nunca se questionaram sobre elas? Qual é o limite do conhecimento? Como podemos conhecer? O conhecimento tem sua origem nos sentidos ou na razão? Podemos conhecer Deus? Podemos conhecer a liberdade? Enfim, difícil também seria despertar o interesse delas por essas questões, já que seus interesses naturais são muito mais simples e inocentes. Esse caminho teria que ser traçado naturalmente. Em algum ponto de nossas vidas, todos passamos a nos perguntar, ao menos, qual o sentido da vida.

O ser humano pensa, isso é fato. E esse pensar se expressa de diversas formas, tornando-se as diversas ciências que temos. Mas quem problematiza a existência dessas ciências é a filosofia, e, ao mesmo tempo que as problematiza, problematiza a si própria. Um médico pode se perguntar o que é a medicina, um químico pode se perguntar o que é a química, um psicólogo pode se perguntar o que é a psicologia, mas todos, provavelmente, chegarão a respostas bem mais simples do que a resposta à pergunta “O que é filosofia?”. E a resposta deles

provavelmente seria única, exata, não alimentaria tanta discussão e satisfaria. Disso, temos que a filosofia pode ser vista como um pensar sobre o próprio pensar. Mas por que fazemos isso? Não basta apenas pensar? Temos que pensar sobre o porquê de pensarmos? É necessária toda essa problematização?

A filosofia é necessária – eu colocaria isso como uma asserção indiscutível. Talvez dizer que “A consciência é um ser que, em seu ser, é consciência do nada de seu ser” não tenha muitas implicações práticas, não leve necessariamente a um pensar mais crítico, nem faça ninguém descobrir o sentido da vida. Mas é algo que nos engaja. Seja por concordar, discordar, ou mesmo por não entender o que Sartre quis dizer com isso – fato é que qualquer asserção filosófica nos engaja com nosso próprio modo de pensar. E exercitar o pensamento é algo que todos deveriam buscar.

É interessante considerar as formas que o discurso filosófico pode tomar. Nem todos os filósofos escreveram do mesmo jeito, no mesmo formato. Alguns escreveram em forma de aforismos, outros em forma de diálogos com personagens, outros em forma de literatura. Inclusive, muita relação pode ser estabelecida entre a filosofia e a literatura. Há vários autores que, além de serem filósofos, eram, também, escritores de literatura, dramaturgos. E, em muitos dos casos, eles usaram a literatura como forma de explorar suas ideias filosóficas. Exemplos disso são o próprio Sartre, o próprio Camus, Emil Cioran, etc. Isso mostra que questões filosóficas abrem um leque de possibilidades de como serem expressas pois a escrita é algo multidimensional. Não quer dizer, porém, que esses textos (como por exemplo *O Muro*, *As Moscas*, *O Estrangeiro*, *Nos Cumes do Desespero*, etc.) sejam filosofia, conforme já abordado – mas que a prosa não se encerra como o único modelo de escrita que serve para transmitir uma ideia filosófica.

Para Cioran, “A filosofia é a arte de mascarar tormentos internos”. Por “arte” não creio que ele se refira a uma expressão artística tal qual uma pintura, uma escultura ou uma música, mas aponta mais para uma noção de “ofício”, “atividade”, que requer algum tipo de maestria, de destreza. Pelo verbo “mascarar” ele pode querer dizer que a investigação filosófica não resolve nem conclui nada sobre nenhum problema sobre o qual trata, mas apenas disfarça,

oferece uma alternativa, passa a impressão de resolver, o que serve, ao menos, para apaziguar nossos ânimos por um momento. E “ tormentos internos” todos sabemos o que são, pois todos nós, seres dotados de uma consciência e que passam por experiências cotidianas, sabemos o que é atormentar-se com a vida. Guardamos esses tormentos em nossos interiores e os carregamos conosco por onde vamos, tentando encontrar algum aspecto mundano que nos lembre por que precisamos continuar vivos. Desse modo, a filosofia, para um escritor e filósofo como Cioran, representa uma maneira de buscar modos de acalantar nosso sofrimento, pois, como seres racionais, padecemos de tormentos sobre os quais nossa própria razão desempenha um duplo papel – ela nos impõe esses tormentos, e ela própria os tenta resolver. E esse “tentar” é a filosofia.

O motivo que justifica o porquê de a humanidade praticar e precisar da filosofia encontra-se justamente nas únicas verdades da condição humana: a vida e a morte. Filosofar é ricochetear entre a vida e a morte. Camus mesmo disse que a maior questão filosófica que existe é sobre o suicídio, pois decidir se a vida vale a pena ou não ser vivida é a maior questão que o homem se propõe.

Mas por que deveríamos sequer dar ouvidos aos filósofos? Já não temos a ciência, a psicologia, a física, a cosmologia, a antropologia, que nos oferecem todas as explicações de que precisamos? Sim, mas pelo filosofar alcançamos uma graça bem distinta da cognição: a perspectiva.

Certo. Mas até agora apenas citei filósofos e filosofia produzida por homens. Por acaso as mulheres não possuem a capacidade de produzir filosofia? Longe disso, apesar de essa ser uma acusação defendida por muitos misóginos ao longo dos séculos. Todos sabemos os motivos que levaram as mulheres ou a não produzir filosofia, ou a serem apagadas da história, a não serem consideradas cânones: seja a misoginia, seja a falta de oportunidades de se dedicar a uma vida fora do âmbito doméstico. Existem poucas filósofas comumente conhecidas (até por quem não tem tanta familiaridade com a filosofia), e a maioria delas produziram na Contemporaneidade – Hannah Arendt e Simone de Beauvoir são os maiores nomes (e talvez porque estão atreladas a Heidegger e a Sartre). Mas é fato que existiram filósofas nos outros períodos também, que produziram filosofia original e, muitas vezes, em resposta a pensadores bem conhecidos. Por

que elas não são geralmente estudadas em cursos de graduação e pós-graduação? Existem, no entanto, atualmente, pesquisadores preocupados em recuperar essa herança quase perdida, a investigar, encontrar e estudar as filósofas pouco lembradas. Então as produções acerca delas tende a aumentar. Isso mostra que as pensadoras existem, sim, e têm algo de relevante a dizer, não só na área da filosofia política – onde mais comumente encontramos produções, como sobre o Feminismo e suas vertentes –, mas também nas áreas em que a grande maioria das produções advêm de homens, como a metafísica e a epistemologia. Fica totalmente descartada, desse modo, a pretensiosa ideia de que as mulheres não possuem “capacidade” para o pensar filosófico.

Talvez devêssemos buscar a resposta à pergunta “O que é filosofia?” naqueles próprios que a produzem: os filósofos. Existe uma plethora de livros publicados com esse título, de diversos autores diferentes, e que discutem a questão cada um numa perspectiva diferente. Heidegger, em sua conferência, que depois se tornou publicação, intitulada *Que é isto – a filosofia?* afirma que a chave para encontrar algum indício de resposta deve ser buscada nos gregos, aqueles mesmos que iniciaram a perscruta filosófica do modo como a conhecemos hoje. Além de ser a *philosophia* um termo e uma produção fundamentalmente grega, o próprio perguntar pelo quê das coisas – sua quiddidade – é, também, essencialmente grego. O pensar filosófico teve início a partir do espanto (*tò thaumázein*) do homem ao se deparar com o mundo, com a natureza, com a *physis*, que ele não compreendia. E formulou ele, para tentar explicá-la, suas teorias a respeito da *arché*, que nada mais era que uma tentativa de encontrar unidade em toda a multiplicidade que via.

A filosofia iniciou como filosofia da natureza, isso já abordamos. Mas e os seus outros 2.600 anos? Como defini-los? O pensador brasileiro Caio Prado Jr., em sua obra *O que é filosofia*, tenta resumir o produzir filosófico nas seguintes palavras:

A Filosofia seria isso mesmo: uma especulação infinita e desregrada em torno de qualquer assunto ou questão, ao sabor de cada autor, de suas preferências e mesmo de seus humores. Há mesmo quem afirme não caber à Filosofia “resolver”, e sim unicamente sugerir questões e propor problemas, fazer

perguntas cujas respostas não têm maior interesse, e com o fim unicamente de estimular a reflexão, aguçar a curiosidade. E já se afirmou até que a Filosofia não passava de uma “ginástica” do pensamento, entendendo por isso o simples exercício e adestramento de uma função – no caso, o pensamento em vez dos músculos – sem outra finalidade que essa. (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 6).

Disso, temos a definição da filosofia enquanto “especulação”, o que é evidente, mas também diz muito. Sua pretensão de mais “propor problemas” do que “resolvê-los” revela mais do pensar filosófico do que da filosofia em si. Considerando os mais de vinte séculos de produção, sem vistas de se estabelecer uma “solução final” para nenhuma de suas áreas, podemos mesmo dizer que a filosofia é especulação. É sugestão. E cada autor ou autora que sugere uma resposta, encontra alguns leitores que concordarão com ele ou ela, e outros e outras que comentarão, dando continuidade à produção, que de fato parece ser infinita. Portanto, a filosofia ainda tem futuro.

Não precisamos nos perguntar o que é a filosofia, diz Heidegger, pois Aristóteles já respondeu essa pergunta. Aristóteles divide o saber em três tipos: teórico, prático e poético. A filosofia é um tipo de saber teórico. E a resposta de Aristóteles resume-se em que o objeto da filosofia é “descobrir as essências imutáveis e as razões últimas das coisas”, o que, de fato, fez a produção aristotélica. Mas principalmente no que concerne à metafísica. E as outras áreas? Essa definição se estende a elas também? Há uma essência na ética? Uma razão única para nosso agir? Há uma essência na filosofia política? Uma causa única que explique por que nos organizamos politicamente?

Definem Deleuze e Guattari, na obra *O que é a filosofia?* que a filosofia é “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”, o que parece bem apropriado. Cada filósofo é conhecido por seus conceitos. Platão e as Ideias, Descartes e o cogito, Kant e os juízos sintéticos a priori, Hannah Arendt e a banalidade do mal... Mas também parece que isso nos faz cair num problema de linguagem. Se a filosofia sobrevive por criação de conceitos, então ela se constitui num modo de pensar e, principalmente, de produzir – claro que, como já abordado, não se reduzindo à linguagem escrita, mas também encontrando expressão na

linguagem falada. E isso também requer a conceituação do conceito de “conceito”.

O problema da filosofia é que toda resposta a que chegamos parece incitar outras problematizações. Qualquer definição a que chegemos vai requerer a definição dos próprios conceitos que usamos para defini-la em primeiro lugar. Esse é o espírito da filosofia. O duvidar e a problematização de tudo aquilo que afirmamos.

Talvez o fato de que a filosofia possui mais de vinte séculos de história dificulte a empreitada de se definir o que ela é, considerando o tanto de produções, o tanto de áreas e o tanto de autores diferentes que por ela se expressaram. Essa definição, se é que pode existir, deveria englobar todas essas produções de todos esses anos sob uma mesma égide – mas será que isso é possível? Decerto, todas essas produções possuem algo em comum que justifiquem o fato de serem consideradas “filosofia”. Mas talvez não seja assim tão possível encontrar uma definição absoluta que abarque tudo isso. Teríamos que nos contentar com definições relativas, ou meramente sugestões de resposta, e talvez até mesmo teríamos que obedecer ao que Wittgenstein concluiu em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*: “Sobre o que não se pode falar, deve-se calar”.

Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edições Loyola: São Paulo, 2002.

CAMUS, Albert. *O Mito de Sísifo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

CIORAN, Emil. *Nos Cumes do Desespero*. São Paulo: hedra, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Editora UNB: Brasília, 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Que é isto – a filosofia? Identidade e diferença*. Editora Livraria Duas Cidades: São Paulo, 1971.

MARCEL, Gabriel. *Être et Avoir*. Éditions Montaine: Paris, 1935.

MARITAIN, Jacques. *Introdução geral à filosofia: elementos de filosofia 1*. Tradução de Ilza das Neves e Heloísa O. Penteado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1972.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/maoooo81.pdf> (acesso em 26/05/2023).

PRADO JÚNIOR, Caio. *O que é filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª ed. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

Submissão: 12. 06. 2023 / Aceite: 30. 06. 2023